

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

CONSULTA PRÉVIA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ILUMINAÇÃO FESTIVA DE NATAL

PROC. SAP N.º APROV_627/2020

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1.º Objeto do Concurso

O presente procedimento tem como fim a contratação do serviço de **fornecimento e montagem de iluminação festiva de Natal**, em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no presente caderno de encargos e respetivo Convite e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 2.º Prazo de prestação do serviço/fornecimento dos bens

A relação contratual extingue-se com o fornecimento dos bens ou com a prestação dos serviços, devendo vigorar **até 10 de janeiro de 2020**, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante e que devam perdurar, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos.

Artigo 3.º Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de São Pedro do Sul, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Artigo 4.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas na proposta.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 5.º

Preço base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de São Pedro do Sul, deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se a ele houver lugar, o qual terá como parâmetro, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47º do CCP, o montante máximo de **18.990.00€**.

Artigo 6.º

Pagamentos

Os pagamentos devidos pelo contraente público serão efetuados a pronto, após a entrega das respetivas faturas.

A faturação a emitir deverá obedecer à seguinte calendarização:

1. Após a celebração do contrato e com o início da instalação da iluminação ----- 20 %;
2. Após a desmontagem da iluminação, dia 10 de janeiro, ----- 80 %;

Artigo 7.º

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento das datas e prazos de realização dos espetáculos identificados no contrato.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 30% do preço contratual.
3. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 8.º

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Artigo 9.º

Subcontratação e cessão de posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 10.º

Prevalência

Fazem parte integrante do presente concurso o caderno de encargos, o Convite e a proposta do adjudicatário. Em caso de dúvidas prevalece, em primeiro lugar o C.C.P (Código dos Contratos Públicos), o caderno de encargos e em último lugar a proposta do adjudicatário.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 11.º Objeto

O presente procedimento tem como fim a contratação do serviço de **fornecimento e montagem de Iluminação festiva de Natal**, em conformidade com as características e especificações indicadas no artigo seguinte.

Código		Unidade	Qtd
1	Contratação do serviço de fornecimento e montagem de Iluminação festiva de Natal	vg	1

Artigo 12.º Especificações

Aluguer, Montagem, Desmontagem e Assistência Técnica com resposta em 24 horas para Projeto de Iluminação Festiva Natalícia com iluminação led de baixo consumo, (data início dos trabalhos logo após a celebração do contrato e desligar 10 de janeiro 2021) assegurando as seguintes artérias:

- I. São Pedro do Sul:
 - a. Rua 25 de Abril;
 - b. Avenida Sá Carneiro;
 - c. Rua de Camões;
 - d. Rua Serpa pinto (até à GNR);
 - e. Travessa do Cemitério;
 - f. Largo da Cerca;
 - g. Largo de S. Sebastião;
 - h. Rua Direita;
 - i. Rua Correia de Oliveira (até às bombas);
 - j. Praça do Município e
 - k. Praça Solar da Lapa.
- II. Termas de S. Pedro do Sul
 - a. Desde o parque de estacionamento, junto ao Hotel Lisboa até ao Inatel;
 - b. Desde o Hotel Vouga até ao Aparthotel Vouga (incluindo o jardim público) e rotunda da fonte das Termas.

Artigo 13.º Conformidade e Garantia Técnica

O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos a entregar ao Município de São Pedro do Sul em sede de execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislações

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

aplicáveis.

Artigo 14.º **Prestação do serviço**

Todas as despesas e custos inerentes à prestação do serviço serão da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 15.º **Código CPV**

A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, e pelo regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008, com os códigos CPV:

- **71318100-1, Serviços de iluminação natural e artificial**

Artigo 16.º **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro).

Paços de Concelho de S. Pedro do Sul, aos 4 de novembro de 2020

**JOSÉ LUÍS
MARQUES
ANTUNES**
Assinado de forma
digital por JOSÉ
LUÍS MARQUES
ANTUNES
Dados: 2020.11.03
17:08:58 Z